



**observatório  
universitário**

*A Reforma Que Não Houve*

*Documento de Trabalho n° 53*

*Edson Nunes*

*Leandro Molhano*

Abril de 2006

---



O **Observatório Universitário**, é um núcleo do instituto **Databrasil – Ensino e Pesquisa**, que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior.

O **Observatório Universitário** alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série Documentos de Trabalho tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

## ***Observatório Universitário***

### ***Databrasil – Ensino e Pesquisa***

#### **Autoria**

***Edson Nunes***

[enunes@databrasil.org.br](mailto:enunes@databrasil.org.br)

*Leandro Molhano Ribeiro*

[lmolhano@databrasil.org.br](mailto:lmolhano@databrasil.org.br)

#### **Coordenação**

*Edson Nunes*

*Paulo Elpidio de Menezes Neto*

#### **Coordenação de Projetos**

*Violeta Monteiro*

#### **Equipe Técnica**

*André Magalhães Nogueira*

*David Morais*

*Enrico Martignoni*

*Ferananda Joffily França*

*Helena Maria Abu-Mebri Barroso*

*Helenice Andrade*

*Leandro Molhano Ribeiro*

*Márcia Marques de Carvalho*

*Patrícia de Oliveira Burlamaqui*

*Wagner Ricardo dos Santos*

**Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro**

**20011-901 – Rio de Janeiro – RJ**

**Tel./Fax.: (21) 3221-9550**

e-mail: [observatorio@observatoriouniversitario.org.br](mailto:observatorio@observatoriouniversitario.org.br)

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

<b><u>A REFORMA QUE NÃO HOUE</u></b>	<b>4</b>
<b><u>II - PROFISSIONALIZAÇÃO PRECOCE: O CONFLITO ENTRE A UNIVERSIDADE E AS PROFISSÕES</u></b>	<b>4</b>
<b><u>III - VOLUME DO TRABALHO ACADÊMICO</u></b>	<b>7</b>
<b><u>IV - OPÇÃO PRIVATISTA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR</u></b>	<b>9</b>
<b><u>V - A OPÇÃO PRIVATISTA E A IMPERATIVA SALVAÇÃO PELO PÚBLICO.</u></b>	<b>12</b>
<b><u>VI - O DESAFIO DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR</u></b>	<b>13</b>
<b><u>VII - COMENTÁRIOS FINAIS: MARCO REGULATÓRIO E POLÍTICA DE LONGO PRAZO</u></b>	<b>14</b>
<b><u>MARCO REGULATÓRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVATIZADA</u></b>	<b>14</b>
<b><u>POLÍTICA DE LONGO PRAZO</u></b>	<b>16</b>
<b><u>SOBRE OS AUTORES</u></b>	<b>17</b>
<b><u>DOCUMENTOS DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO</u></b>	<b>18</b>

## **A REFORMA QUE NÃO HOUE<sup>1</sup>**

O recente debate sobre a Reforma Universitária foi tomado por questões prementes e visíveis, tais como o financiamento das instituições de ensino superior públicas, o acesso e as questões emergentes associadas à inclusão e às ações afirmativas, a natureza da autonomia e da governança universitária. Outros assuntos de igual, senão mais profunda importância, foram deixados à parte. Correndo o risco de ainda deixar de fora questões fundamentais relacionadas ao ensino superior e sua relação com os outros níveis de ensino – já que uma configuração adequada da educação superior não pode deixar de lado as características e a realidade dos ensinos fundamental e médio existentes – esboçaremos algumas recomendações, sobre i) os conteúdos acadêmicos dos cursos de graduação e sua relevância; ii) volume de estudos exigidos nos cursos superiores e a dedicação dos estudantes; iii) a expansão privatista da educação superior no Brasil; iv) o marco regulatório da educação superior privatizada; v) a necessidade de fixação de um padrão de referência acadêmico compatível com altos níveis internacionais; e o vi) o desafio da expansão da educação superior.

## **II – Profissionalização Precoce: o conflito entre a universidade e as profissões**

O Brasil está amarrado à idéia de que a educação superior existe para oferecer educação profissional. Esta noção, no rastro de modelagem francesa, exige que os estudantes brasileiros tenham sua visão de mundo simplificada

---

<sup>1</sup> Este estudo complementa trabalho debatido no Fórum do INAE, Mesa Redonda: O Modelo de Educação para a Economia do Conhecimento. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2004, e publicado em **Novo Modelo de Educação para o Brasil**, J.P.dos Reis Velloso e R.C. de Albuquerque, orgs. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004

pelo que pode ser chamado de profissionalização precoce<sup>2</sup>. Desde os 15/16 anos, os estudantes do ensino médio precisam começar a optar pela profissão futura, de modo a definir o curso de graduação a ser realizado e, assim, melhor se prepararem para os vestibulares - principalmente aqueles que almejam ingressar em instituições públicas, cujo acesso é densamente competitivo.

Desde o ensino médio inicia-se um processo de restrição da “visão de mundo” das gerações futuras, tornando-as candidatas à profissão antes de serem candidatas ao saber. A educação superior brasileira ainda está amarrada à definição das 43 profissões regulamentadas. Para se ter uma idéia, o número de cursos e/ou programas de graduação, em 2003, no ensino superior brasileiro revelava que do total de 16.453 cursos existentes, 11.022, ou seja 67%, eram cursos de profissões regulamentadas. Quando se analisa o número de alunos matriculados naquele ano, verifica-se que do total de 3.887.022 alunos do ensino superior, 78,8% deles (3.062.474 alunos), estavam matriculados em cursos de profissões regulamentadas<sup>3</sup>.

	Cursos	%	Matrículas	%	Concluintes	%
Brasil	16.453		3.887.022		528.223	
Profissões regulamentadas	11.022	66,99%	3.062.474	78,79%	392.877	74,38%

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com base no Censo da Educação Superior 2003 do Mec/Inep

<sup>2</sup> O tema da profissionalização precoce no Brasil foi objeto de estudo em Nunes, Edson, Nogueira, André e Molhano, Leandro. **Futuros Possíveis, Passados Indesejáveis: Selo de Qualidade da OAB, Provão e Ensino Superior no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2000.

<sup>3</sup> Dados elaborados pelo Observatório Universitário (DataBrasil - Ensino e Pesquisa/UCAM) a partir dos dados básicos do MEC/INEP: Sinopse Estatística da Educação Superior, 2003.

Formam-se, no Brasil, jovens-bacharéis, “doutores” em nosso linguajar, que mal sabem escrever, desconhecem história, literatura, ciências e, em grande parte, matemática. Em geral, estão distanciados dos grandes temas nacionais e internacionais, das angústias e heranças do nosso mundo e de nosso país. Frequentemente, para dar um exemplo, ficamos surpreendidos quando nos deparamos com um texto universitário bem escrito, uma monografia esmerada, uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado bem apresentada. Nos surpreendemos simplesmente porque saber escrever passou a ser algo excepcional, e não a mais rotineira obrigação do universitário brasileiro.

Ressalte-se aqui certa contradição: a educação profissionalizante acaba estando na contramão das exigências de um mercado de trabalho moderno, complexo e rotativo. Atualmente, grande parte do trabalho nas diversas ocupações e profissões modernas envolve justamente habilidades básicas como falar e escrever muito bem, preparar bons relatórios, ter conhecimento de informática, possuir raciocínio lógico quantitativo, falar e ler uma segunda língua. Um ensino não profissionalizante poderia permitir a educação dos estudantes nestas habilidades, além de proporcionar formação histórica e cultural, formação nas ciências sociais e nas ciências.

Amarrada a um currículo profissionalizante, a educação superior acaba se descuidando da preparação dos estudantes para um mundo complexo, no qual as profissões tornam-se obsoletas rapidamente e é freqüente a mudança de emprego e de ocupações ao longo da vida. Apenas para ilustrar esse ponto, a tabela abaixo apresenta a “taxa de aderência”, ou seja, a correspondência entre formação e trabalho para as áreas de conhecimento que, tradicionalmente, formam o maior número de profissionais no Brasil. Observa-se que grande contingente de pessoas no Brasil se ocupa em áreas diferentes daquelas nas quais se formaram.

Formação	Taxa de correspondência (% de pessoas que trab na área)
Pedagogia	56,2
Letras	54,7
Direito	51,3
Administração	46,4
Contábeis	39,8
Engenharia	33,1
Comunicação	27,7

Obs: Pessoas de 23 anos ou mais, por curso superior mais elevado.

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

### III – Volume do trabalho acadêmico

Quanto ao volume de trabalho na educação superior, a situação é tão ou mais crítica do que a representada pelo perigo corporativo. No Brasil, os alunos de graduação estudam pouco, têm poucas aulas, estão majoritariamente matriculados em cursos noturnos e acham que as escolas exigem pouco deles. Dados dos questionários do Provão de 2003, por exemplo, indicam que cerca de 60% dos estudantes freqüentaram cursos noturnos com diminuta carga de trabalho discente. Iguais dois terços trabalham enquanto estudam. Cerca de 55% de todos os formandos disseram que os cursos de graduação deveriam ter exigido mais deles<sup>4</sup>.

Os cursos noturnos normalmente têm carga horária de 20 horas/aula semanais. A hora/aula noturna é, normalmente, de quarenta e cinco minutos. Ou seja, os estudantes noturnos só têm efetivamente, 15 horas/relógio de escolaridade semanal, o que corresponde a três horas por dia. Nos duzentos

---

<sup>4</sup> Informações obtidas a partir dos microdados do Questionário do Provão 2003. Fonte básica: INEP.

dias letivos, os estudantes dos cursos noturnos recebem apenas 600 horas de aulas<sup>5</sup>. Para se ter uma idéia do que representa, comparativamente, esse volume de estudos, basta observar o sistema europeu de transferência de créditos, o ECTS<sup>6</sup>. Tal sistema aponta para uma carga média de trabalho no ano letivo em torno de 1700 horas de trabalhos discentes. A carga de trabalho discente não é menor nos Estados Unidos, exceto na “*night school*” ou “*community colleges*”. Ou seja, um estudante europeu ou americano tem obrigações discentes bem superiores ao estudante brasileiro. Isso mostra como os quatro anos de bacharelado no Brasil equivalem a muito menos que dois anos de estudos em instituições de ensino superior do primeiro mundo.

Por outro lado, quando se observa que parcela significativa do contingente de candidatos ao ensino superior, resultado do esforço do governo em relação à formação em nível médio, não teria condições mínimas de sobrevivência se tivessem que dedicar um tempo maior à sua formação, fica evidente a necessidade de se repensar a educação superior não apenas termos de horas como fundamentalmente em termos de modelo.

---

<sup>5</sup> Nos cursos diurnos o volume de estudos não é muito diferente, com hora/aula de 50 minutos, ou quase 17 horas/relógio por semana, o que daria aproximadamente 670 horas aula nos 200 dias letivos.

<sup>6</sup> O ECTS (Credit Transfer System) é uma medida do volume de trabalho para o reconhecimento acadêmico dos cursos realizados em instituições de ensino superior que pertençam aos Estados membros da União Européia ou aos países que fazem parte do Espaço Econômico Europeu, possibilitando a mobilidade de estudantes entre as instituições de ensino européias sem maiores obstáculos. O volume de trabalho do ECTS refere-se a aulas, trabalhos práticos, seminários, trabalhos de campo, trabalhos pessoais na biblioteca ou no domicílio, entre outros. O marco estabelecido pelo ECTS é que 60 créditos medem a carga de trabalho em tempo integral ao longo de um ano acadêmico para um estudante típico; normalmente, 30 créditos correspondem a um semestre e 20 a um trimestre, correspondendo 1 crédito a cerca de 30 horas de trabalho. A carga de trabalho de um programa de estudo integral na Europa atinge na maior parte dos casos 1500-1800 horas anuais por ano letivo e nesses casos um crédito equivale a 25-30 horas de trabalho.



#### **IV - Opção privatista de expansão da educação superior**

O terceiro aspecto que merece reflexão, ao lado dos conteúdos curriculares e da carga de trabalho refere-se à necessidade permanente de um padrão de referência acadêmica de alta qualidade. Nisso, a responsabilidade do setor público adquire grande relevância por conta da decisão brasileira de expandir a educação superior através do setor privado.

Ainda que não se possa apontar o momento preciso em que se deu a expansão da educação superior preponderantemente através do setor privado, a evidência empírica aponta para a sua materialidade. Desde a década de 70, o número de alunos matriculados em instituições de ensino superior privadas excedia os 60%, mantendo-se neste patamar, com variações insignificantes até 1996, quando se inicia um processo de expansão, atingindo quase 70% em 2003<sup>7</sup>.

O número de instituições de ensino superior privadas manteve-se razoavelmente constante, em torno de 650, entre 1980 e 1997. A partir de 1998, há um forte crescimento, passando-se de 764 para 1.842 em 2004. Já o número de instituições de ensino superior públicas oscila em torno de 200 no período 1980-2004.

Em termos comparativos, o Brasil apresenta-se como uma espécie de ponto fora da curva em termos do tamanho relativo de seu ensino superior público. Ao contrário dos cerca de 30% de estudantes matriculados nas IES públicas brasileiras, a média para os países da OECD é de aproximadamente 82%. O Brasil é um dos poucos países que não acompanha essa tendência internacional, com aproximadamente 2/3 de seus estudantes matriculados em instituições de ensino superior privadas.

---

<sup>7</sup> MEC/INEP. Censo da Educação Superior, 2003.

Matrículas		Total	IES Públicas	IES Privadas (*)	% Públicas	% Privadas
<b>Países Membros</b>						
	Belgica	374.532	166.041	208.491	44,33%	55,67%
	Holanda (***)	526.767	0	526.767	0%	100%
	Reino Unido (***)	2.287.833	0	2.287.833	0%	100%
	Japão	3.984.400	915.651	3.068.749	22,98%	77,02%
	Coreia do Sul	3.223.431	626.590	2.596.841	19,44%	80,56%
<b>Valores Médios (**)</b>		<b>1.586.081</b>	<b>1.143.037</b>	<b>560.532</b>	<b>81,94%</b>	<b>25,47%</b>
<b>Países Não Membros</b>						
	Brasil	3.579.252	1.135.648	2.443.604	31,73%	68,27%
	Chile	567.114	146.119	420.995	25,77%	74,23%
	China	15.186.219	108.737	s.i.	0,72%	0,00%
	Indonésia	3.441.429	1.340.445	2.100.984	38,95%	61,05%
	Israel	301.326	47.427	253.899	15,74%	84,26%
	Paraguai	146.489	61.093	85.396	41,70%	58,30%
	Filipinas	2.427.211	815.830	1.611.381	33,61%	66,39%
<b>Valores Médios (**)</b>		<b>2.987.164</b>	<b>1.621.539</b>	<b>587.821</b>	<b>60,55%</b>	<b>38,04%</b>

(\*) Inclui: privadas dependentes do governo e privadas

(\*\*) Considera todos os países da categoria

(\*\*\*) Holanda e Reino Unido = privadas dependentes do governo

Fonte: The OECD Online Education Database, em 18 de abril de 2005

Embora os dados disponíveis não permitam um maior detalhamento, é importante registrar a classificação instituição pública e/ou privada adotada pelos organismos internacionais não é a mesma adotada pelo MEC. Por exemplo, para a OCDE, o que determina a categoria administrativa da instituição é o caráter público ou privado da entidade que detém o poder de decisão. Ou seja, a instituição será pública se o poder decisório for de uma agência governamental; será privada se controlada e administrada por uma entidade não governamental. Portanto, para a OCDE não é a origem dos

recursos recebidos o fator preponderante na determinação da categoria administrativa das instituições de educação superior<sup>8</sup>.

E é, nesse contexto que se dá a comparação com os EUA, exemplo da matriz capitalista dos dias de hoje, é cortante: quase 77% de todos os seus estudantes, cerca de 12.750 milhões, estão matriculados em instituições públicas; mais de 69% de todos os graduados são egressos das públicas; quase 61% de todos os títulos de doutor vêm das públicas, bem como cerca de 63% de todos os diplomas das áreas técnicas e das engenharias.

Concluintes 2002-03	Total	IES Públicas	%
<b>Total</b>	<b>2.540.084</b>	<b>1.666.316</b>	<b>65,60%</b>
<b>Por Nível</b>			
Graduação (2 e 4 anos)	1.981.415,00	1.372.552,00	69,27%
Mestrado	512.645,00	265.695	51,83%
Doutorado	46.024,00	28.069	60,99%
<b>Por Área de Conhecimento</b>			
Técnicas+Engenharias	350.216	219.629	62,71%
Outras Área	2.189.868	1.446.687	66,06%

Fonte: US Dept. Of Education/NCES, 2002-03

Ou seja, os números mostram um setor privado robusto -- não apenas do ponto de vista do alunado mas também, e principalmente, quando se considera a relevância econômica do setor como pode ser observado na tabela a seguinte - - mas que não tem sua importância refletida nas políticas de governo quando se trata dos mecanismos capazes de garantir não o engessamento das instituições,

---

<sup>8</sup> No caso das instituições privadas, registre-se, ainda, a sub-divisão "government-dependent" e "independent" utilizados em relação grau de dependência das IES privadas por fundos públicos; eles não referem o grau de direção do Estado ou de regulação sobre as IES. Uma IES dependente do governo recebe mais do que 50% dos seus recursos principais de uma agência governamental. Um IES independente recebe menos do que 50% dos seus recursos principais de uma agência governamental.

mas um adequado processo avaliativo e valorativo com claras definições quanto ao papel do setor público e do setor privado<sup>9</sup>.

<b>Receitas Brutas: Educação Superior e Empresas Seleccionadas - Brasil 2002</b>	
	<b>Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços (R\$ 1.000)</b>
Educação Superior	29.109.821
Educação Superior Pública	13.323.435
Educação Superior Privada	15.786.386
Petrobrás	99.164.118
Empresas do Setor de Telecomunicações	48.413.253
Telemar	16.091.356
Embratel	9.217.872
Embraer	7.836.858
Vale do Rio Doce	15.267.167
Ambev	14.279.868
Empresas do Setor de Transporte Aéreo	13.129.826
Varig	7.111.204
Tam	3.471.910
Gol *	1.497.393
Vasp	1.049.319
Fonte: MEC/INEP, Censo da Educação Superior 2002; Sistema de Divulgação Externa da Bolsa de Valores de São Paulo. Elaboração: Observatório Universitário	
(*) Valor referente ao ano de 2003	

## **V - A opção privatista e a imperativa salvação pelo público.**

A admissão de que a empreitada da educação superior é também uma questão de mercado, com conseqüências regulatórias pertinentes sobre o setor privado, exige, como argumentado acima, a contrapartida de que se preste atenção estratégica ao setor público universitário. Isso porque o mercado é mal alocador de prioridades e valores imateriais e intangíveis, movendo-se em

---

<sup>9</sup> A discussão da educação como setor econômico encontra-se em Nunes, E., Molhano, L e Martignone, E. "Economia Política e Regulação da Educação Superior no Brasil", in Avaliação e Regulação da Educação Superior: Experiências e Desafios. Ximenes, D (org.). Brasília:Funadesp, 2005.

função de custos e oportunidades de ganho. Sendo assim, não se deve esperar que o mercado educacional responda adequadamente à estruturação de um sistema de ensino e pesquisa de qualidade exemplar, que venha a servir de referência nacional, tanto pelos enormes custos envolvidos, quanto pela lógica mesma da competição por estudantes, recursos e resultados materiais e financeiros.

Exatamente por isso, o setor público, através das instituições de ensino superior que mantém, precisará garantir a referência de qualidade, o parâmetro através do qual será possível medir a qualidade da vida acadêmica e científica, referenciado, ademais, por padrões de qualidade internacionais.

Ou seja, referência acadêmica é matéria de Estado, não do mercado, por ser, em última instância, uma questão da sociedade. Enquanto as políticas de governo não refletirem essa realidade não se conseguirá vislumbrar, claramente, os desafios e as oportunidades trazidos pela decisão passada de expandir o ensino superior via setor privado<sup>10</sup>.

## **VI – O desafio da expansão da educação superior**

Apesar de elitizado, o contingente universitário brasileiro é composto, como visto, por alunos que trabalham durante o curso e que estudam a noite. Mais velhos os estudantes, maior a percentagem daqueles que trabalham e que estudam a noite. A vastíssima maioria recebeu nenhum tipo de financiamento. A pós-graduação, que conduz ao diploma (Mestrado e Doutorado), é território

---

<sup>10</sup> Nesse aspecto, a coisa se complica, no momento em que se fala de inclusão, quotas, cursos noturnos nas federais, desmesurado aumento de vagas. Moralmente, ninguém pode ser contra as ações afirmativas. A política de inclusão, contudo, não pode nem deve sacrificar a missão

exclusivo dos estratos mais ricos, concentrando no último quinto de renda cerca de 70% de todos os alunos de mestrado e doutorado, impondo, portanto, adicional e robusto filtro elitizante.

Não se pode admitir que seja possível construir sistema de alta qualidade enquanto 70% dos estudantes trabalharem durante o curso inteiro, enquanto 58,41% freqüentarem a escola noturna, e enquanto a essência do ensino universitário for estritamente profissionalizante.

Embora elitizado em suas características sócioeconômicas, o ensino superior brasileiro mais se parece, educacionalmente, por conta de seus objetivos e características essenciais, com os “community colleges”, que são faculdades essencialmente não elitistas, de dois anos, destinadas ao adestramento ocupacional dos estudantes, caracterizadas por muitos cursos noturnos, de dedicação parcial, ensino essencialmente profissionalizante. No nosso caso, “community colleges” perdulários, de quatro anos.

## **VII – Comentários Finais: Marco Regulatório e Política de Longo Prazo**

### **Marco Regulatório da Educação Superior Privatizada**

Os seguintes tópicos deveriam integrar a reflexão sobre o marco regulatório necessário:

---

imperativa que foi, ainda que contraditória possa parecer a circunstância, imposta à universidade pública, a de servir de referência.

1- É preciso definir um marco regulatório legal para a educação superior, tal como se fez, ainda que de forma fragmentada, para outros setores da economia. A distinção essencial, contudo, é que, à diferença das áreas privatizadas, a educação não é uma concessão pública, exatamente por ser livre à iniciativa privada.

2 - O marco regulatório precisaria contemplar a regulação da competição por via de órgãos típicos da área econômica, de modo a proteger as instituições da competição predatória, de eventuais “dumpings”, incentivar a competição por eficiência, qualidade e preço, bem como viabilizar, o que parece inevitável no futuro, a fusão e absorção de umas instituições pelas outras, assim como a possível existência de firmas educacionais de escopo nacional.

3 - As bases da chamada “lei do calote” precisariam ser revistas, por se constituírem uma contradição lógica à natureza deste enorme setor econômico, criado senão ao abrigo do incentivo de políticas públicas, pelo menos sob suas bençãos.

4 - O sistema de avaliação da IES precisará ser fortalecido, inclusive por departamentos da área econômica de governo, de modo a contemplar dimensões relativas a custos, qualidade, direitos, deveres e compromissos.

5 - Será inevitável, em algum tempo futuro, tomar decisão sobre o fluxo e a repartição do volume de financiamento do setor público da educação superior, permitindo-se a existência de diversificação do sistema (como argumentado anteriormente), e admitindo-se o financiamento competitivo, intensivo e diferenciado das IES públicas através de mérito e qualidade, o que resultará em quebra de vários princípios de isonomia e isomorfismo hoje existentes.

6 - Será fundamental que se preste maior atenção ao sistema público de educação superior, como referência de ensino e pesquisa, visto que é simplesmente impossível garantir a viabilidade e a plausibilidade da escolha de expansão via setor privado se não se constitui um marco de referência robusto, cuja constituição depende exclusivamente do setor público, como obrigação irrecusável e imperativa.

### **Política de Longo Prazo**

A ausência dos aspectos acima apontados assim como o reconhecimento das questões presentes no debate recente sobre a reforma universitária evidenciam não apenas a complexidade do setor como, também e fundamentalmente, apontam para a necessidade não de uma reforma mas de um projeto estratégico, sistêmico, de médio e longo prazos, para a educação superior no Brasil. Um projeto que, abrangendo diversos aspectos relevantes do ensino superior, inclusive a relação entre conhecimento acadêmico, ciência e tecnologia e desenvolvimento socioeconômico, ressalte a preocupação com a formação continuada e o desenvolvimento de um ensino capaz de proporcionar a empregabilidade dos estudantes em uma economia baseada na aquisição de habilidades.



**SOBRE O(S) AUTOR(ES)**

**Edson Nunes**

Ph. D. em Ciência Política, U.C. Berkeley.

**Leandro Molhano Ribeiro**

Doutor em Ciência Política, IUPERJ.

## Documentos de Trabalho do Observatório Universitário

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. *Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2001; também publicado em Revista de Direito Público da Economia, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.*
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. *Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas", Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)*
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Moraes. *Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".*
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. *janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, *fevereiro de 2003.*
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo?**, Edson Nunes. *Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos indo?". Escola Nacional de Saúde*

*Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)*

7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. Palestra proferida na 69<sup>a</sup> Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.
10. **Governo de Transição FHC - Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas*, junho de 2003.
11. **Gênese e Constituição da Aneel**, Edson Nunes e Cátia C. Couto, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
12. **Gênese e Constituição da Anp**, Edson Nunes e Helenice Andrade, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
13. **Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas*, julho de 2003.
14. **Desconstruindo PNE - Nota Técnica**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, julho de 2003; versão revista e final, publicada, nesta série, sob o título “Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios”. Documento de Trabalho no. 25.

15. **Engenharia Reversa das Condições de Ensino**, Ana Beatriz Gomes de Melo, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos, *julho de 2003*.
16. **Governando por Comissões**, Edson Nunes, David Morais e Márcia Marques de Carvalho, *julho de 2003*.
17. **Agências Reguladoras: O Governo Lula e o Mapeamento do noticiário sobre as mudanças nas Agências Reguladoras (período entre 01/12/2002 e 31/07/2003)**, Edson Nunes, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui; *incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração)*.
18. **Clipping de Jornais - O Governo Lula**, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui. *Série Estudos de Políticas Públicas, agosto de 2003*.
19. **Segurança versus Insegurança**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, agosto de 2003*.
20. **Regulação no Sistema de Educação Superior**, Edson Nunes - André Magalhães Nogueira, Ana Beatriz Moraes, Eleni Rosa de Souza, Helena Maria Abu-Mehry Barroso Leandro Molhano, Márcia Marques de Carvalho, Paulo Elpídio Menezes Neto e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto de apoio para a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). Essa Comissão foi designada pelas Portarias MEC/SESu número 11 de 28 de abril de 2003 e número 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque em 29 de abril de 2003, agosto de 2003*
21. **Uma medida de eficiência em Segurança Pública**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2003*.
22. **Desconstruindo PNE : Limitações Estruturais e Futuro Improvável**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e Enrico Martignoni . *Trabalho apresentado no "II Encontro de Dirigentes de Graduação das IES*

*Particulares.. Fortaleza, 27-29 de agosto de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*

23. **PNE: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *Trabalho apresentado no II Encontro Regional do Fórum Brasil de Educação Tema: Projeto de Educação Nacional: desafios e políticas. Goiânia, setembro de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
  
24. **Estrutura e Ordenação da Educação Superior: Taxionomia, Expansão e Política Pública**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Marcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no Seminário: "Universidade: por que e como reformar?". Brasília, Senado Federal 06 e 07 de agosto de 2003; também publicado em A Universidade na Encruzilhada. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2003.*
  
25. **Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *outubro de 2003.*
  
26. **Projeção da Matrícula no Ensino Superior no Brasil, por Dependência Administrativa: um Exercício Preliminar**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, janeiro de 2004.*
  
27. **Matrícula e IES: Relação e Projeção**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, fevereiro, 2004.*
  
28. **Entre o Passado e o Presente**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas, março de 2004.*
  
29. **Demanda Potencial e Universidade: Notas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, 27 de março de 2004. Série Educação em Números, março de 2004.*

30. **Niterói: Cidade Universitária?**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário “Niterói 2008 – o Futuro É Agora”*. Rio de Janeiro, março de 2004.
  
31. **As Ações no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) Relacionadas aos Serviços Educacionais**, Edson Nunes, Fabiana Coutinho Grande e Leandro Molhano. *Série Estudos de Políticas Públicas, maio de 2004*.
  
32. **Perfil dos Egressos, Quotas e Restrições: uma Observação da Educação Superior no Momento de sua Reforma**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no “Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: Reforma do Ensino Superior. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro – RJ, 14 de julho de 2004; versão revista e atualizada deste trabalho foi publicada sob o título Educação, Quotas e Participação no Brasil, Documento de Trabalho nº 33*.
  
33. **Educação, Quotas e Participação no Brasil (Alemanha)**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no “Diálogo das sociedades civis Brasil - Alemanha”, Congresso, Tema: Responsabilidade e solidariedade na democracia: sociedade – política – economia. Palestra: Estratégias para democracia e justiça no Brasil: quotas, educação e participação - Landesbank Baden-Wuerttemberg (LBBW – Banco do Estado de Baden-Wuerttemberg), Stuttgart – Alemanha, 22 e 23 de junho de 2004; também publicado em Universidade em Questão, Lauro Morhy (org). Brasília: Editora UNB, 2003, sob o título “Universidade Brasileira: acesso, exclusão social e perspectivas dos egressos”*.
  
34. **A Outra Reforma Universitária para a Sociedade do Conhecimento**, Edson Nunes e Leandro Molhano. *Trabalho apresentado no Fórum do INAE, Mesa Redonda: O Modelo de Educação para a Economia do Conhecimento. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2004; também publicado em Novo Modelo de Educação para o Brasil, J.P.dos Reis Velloso e R.C. de Albuquerque, orgs. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004*.
  
35. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: Expansão, Evasão e Perfil dos Concluintes**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Texto apresentado no “Unesco Fórum on Higher Education, Research & Knowledge:*

*Primeira Conferência Regional Latinoamericana del foro Unesco sobre educacion". Porto Alegre, UFRGS, 01 a 03 de setembro de 2004. Série Educação em Números.*

36. **Nota Técnica sobre os documentos "Considerações sobre Autorização dos Cursos de Medicina" e "Consideração sobre Autorização dos Cursos de Direito"**, Wagner Ricardo dos Santos e Leandro Molhano. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, setembro de 2004.*
  
37. **Nota Técnica: Estudo Comparativo para Projeto do Decreto de EAD**, Helena Maria Barroso e Ives Ramos, *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
  
38. **Nota Técnica sobre Avaliação Institucional Externa de Faculdades, Centros Universitários e Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado no "Fórum de Reitores do Rio de Janeiro: Nova Política de Avaliação do Ensino Superior", FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2004; também apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
  
39. **Engenharia Reversa: Análise do Instrumento de Avaliação Institucional Externa de Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, novembro de 2004*
  
40. **Ensino Superior e Políticas de Inclusão: Análise dos Gastos Familiares com Educação Superior**, Enrico Martignoni e Ana Beatriz Gomes de Moraes. *Texto apresentado no IX Congresso Solar, Rio de Janeiro, outubro de 2004.*
  
41. **Economia Política e Regulação da Educação Superior no Brasil**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Leandro Malhano. *Publicado em Avaliação e Regulação da Educação Superior: Experiências e Desafios, Daniel de A. Ximenes (org). Brasília: FUNADESP, 2005.*

42. **Mensuração dos Conteúdos Acadêmicos da Educação Superior**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *abril de 2005*.
43. **O Ensino e a Profissão Jurídica no Brasil: uma Visão Quantitativa**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, julho de 2005 (*versão preliminar em processo de revisão*).
44. **Diretrizes Políticas da Educação Superior x Instrumentos de Avaliação: uma Nota Técnica**, equipe do Observatório Universitário, *maio de 2005*.
44. **A - Análise dos instrumentos de Avaliação de Universidades e Centros Universitários**, Helena Maria Barroso e Ivanildo Ramos Fernandes, *maio de 2000*
45. **A Questão Universitária no Sistema Federal de Ensino**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *julho de 2005*.
46. **Considerações sobre o Conceito de "Necessidade Social": Uma Nota Técnica**, Enrico Martignoni e Leandro Molhano, *abril de 2005*.
47. **Os Desafios da Universidade Brasileira neste Início de Século e a Formação de nossas Elites**, Edson Nunes, *agosto de 2005*.
48. **Correspondência entre Diploma e Profissão dos Administradores**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, agosto de 2005. *Incorporado ao Documento de Trabalho no. 50. (versão preliminar em processo de revisão)*
49. **Possíveis Inconsistências da Base de Dados Desagregados do Censo da Educação Superior 2003**, Leandro Molhano e Vitor de Moraes Peixoto, *setembro de 2005*.



50. **Correspondência entre Diploma e Profissão**, Enrico Martignoni, Leandro Molhano, Márcia Carvalho e Vitor Peixoto. *Série Educação em Números, novembro de 2005. Este texto foi revisto em maio de 2006, incorporando os Documentos de Trabalho no. 48 e 51.*
  
51. **Correspondência entre Diploma e Profissão - Pedagogia**, Enrico Martignoni, Leandro Molhano, Márcia Carvalho e Vitor Peixoto. *Série Educação em Números, novembro de 2005. Incorporado ao Documento de Trabalho no 50.*
  
52. **IES e UCAM: a visão do carioca**, David Moraes e Márcia Carvalho. *Série Educação em Números, dezembro de 2005 (versão preliminar).*